

**PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO EM PARECERES
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

IVONE RIBEIRO SILVA

Analista do Ministério Público – especialidade Letras

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a evolução do conceito de *referência* para o de *referenciação*, ou seja, sobre o abandono da visão da linguagem como “etiquetas coladas às coisas” e a adoção da idéia de que as categorias são construídas discursivamente. Essa reflexão tem como parâmetros os estudos de Apothelóz e Béguelin e de Mondada e Dubois, além dos de outros, mais recentes, de Koch e Marcuschi.

Os textos utilizados como exemplos foram retirados de pareceres escritos por procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com as adaptações necessárias para garantia do sigilo tanto dos seus autores quanto das partes envolvidas nos processos relacionados a esses pareceres.

2. Referência e referenciação

De que maneira nós nos referimos sobre o mundo?

Os formalistas provavelmente responderiam a essa pergunta dizendo que, por meio da linguagem, nós nomeamos o mundo, o que equivale a admitir uma correspondência direta e homogênea entre as palavras e as coisas (*objetos mundanos*). Essa ênfase na ligação entre a palavra e a realidade externa, realidade essa que existiria independentemente da subjetividade dos indivíduos e das relações entre eles estabelecidas, resulta na concepção da linguagem como sistema, da sintaxe como o mapa da ordem natural do mundo e do significado como a *relação entre um*

Informações Variadas

signo e o objeto que ele reflete. Isso pressupõe uma língua em perfeita sintonia com o mundo, e um mundo que é exatamente o mesmo para todos os sujeitos.

Os estudos cognitivistas proporcionaram o surgimento de uma nova visão sobre o tema da significação. Em vez da relação entre signo e objeto, a significação passa a ser entendida como a *relação entre o signo e os seus intérpretes*. A ênfase recai, então, na ligação entre a língua e a estrutura conceitual do indivíduo.

Em outras palavras, ultrapassamos a idéia de que existe um leque de categorias – disponíveis e armazenadas na memória – das quais o homem lança mão sempre que precisa e chegamos à constatação de que essas categorias não estão dissociadas das práticas sociais. É o que diz Marcuschi (1998): “Língua é trabalho cognitivo e atividade social. Para os processos referenciais, isto significa que os itens lexicais só obtêm significação plena em sua realização textual, o que exclui aqui uma visão autônoma e essencialista da língua”.

Assim, sentido e, por extensão, conhecimento são fenômenos construídos *discursivamente*, isto é, no interior das práticas sociais, atividades que só são possíveis pelas informações compartilhadas pelos sujeitos bem como pela capacidade cognitiva de cada um deles.

A correspondência signo/objeto deixa, portanto, de ser literal para ser determinada pelo filtro da atividade descritiva dos usuários da língua (Marcuschi, 2003). O objeto *filtrado* pelo sujeito não é o objeto mundano, mas o *objeto-de-discurso*, definido da seguinte forma por Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995):

[...] façamos chegar nosso esforço de modernização não sobre as metamorfoses que afetam os objetos do mundo extralingüísticos, mas sobre aquelas que afetam a bagagem de conhecimento do qual dispõem, a cada momento do discurso, os interlocutores, a propósito de um referente dado, bagagem de conhecimentos que constitui a identidade do objeto-de-discurso.

Esse conceito não implica negar a existência do mundo exterior à mente humana, mas implica entender que esse mundo adquire significados diferentes, determinados não só pela individualidade dos sujeitos como pelo contexto da prática social vivenciada por esses sujeitos.

Como exemplo desse processo, tomemos a palavra *sindicalista*. Se pedíssemos a três indivíduos que conceituassem esse signo, poderíamos ter três diferentes respostas:

1. representante dos trabalhadores;
2. baderneiro;
3. pelego.

Tais conceitos emergem do *contexto* no qual se encontra cada um desses sujeitos: os papéis sociais que eles desempenham, o objetivo que têm, o lugar social e o momento histórico em que se encontram, as características socioculturais, o gênero

textual em jogo.

Os exemplos referentes aos conceitos em foco constantes neste trabalho foram retirados de pareceres, gênero textual de circulação restrita ao âmbito do Poder Judiciário. Esse gênero pode ser descrito como a manifestação dos procuradores de Justiça sobre processos criminais ou cíveis, a pedido de uma determinada autoridade.

Ao se manifestar, o procurador de Justiça posiciona-se sobre o caso, baseando-se na legislação vigente, na jurisprudência e nas informações constantes do processo. A despeito de sua notória importância, o parecer tem caráter opinativo, o que significa que as soluções nele apontadas não são obrigatórias.

A forma do texto é basicamente esta:

- a) cabeçalho: identificação do número do processo e das partes envolvidas;
- b) vocativo;
- c) relatório (histórico do caso);
- d) análise dos fatos;
- e) conclusão.

Os produtores dos textos utilizam o padrão formal da língua, com a presença abundante de vocábulos pertencentes ao mundo jurídico.

3. A constituição do modelo textual

Para Koch (2003), o modelo textual é constituído dos seguintes processos de referenciação:

- a) construção: introdução de um *objeto textual* antes não mencionado, o qual passa a ocupar um lugar cognitivo na rede conceitual do modelo de mundo textual;
- b) reconstrução: reativação, na memória, de um objeto já introduzido. Essa reativação é feita por meio de uma forma referencial;
- c) desfocalização: introdução de um novo objeto-de-discurso, que irá ocupar o lugar daquele anteriormente em foco.

Segundo essa autora, a repetição desses processos estabiliza o modelo textual, que, no entanto, é freqüentemente reelaborado pela ocorrência de novas referenciações. É uma concepção que nos parece coadunar-se com a idéia de *memória discursiva* de Achard (1999), para quem “[...] a hipótese de uma construção discursiva do sentido é certamente discutível, mas parece frutífera, pela abertura às práticas que podemos estudar ao nível da dialética entre repetição e regularização”.

Vejamos, no exemplo 1, como se dá esse processo de construção e reconstrução dos objetos-de-discurso:

1. *Fulano de tal* (A), qualificado devidamente nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, II e IV [...]. Consta da denúncia que a vítima encontrava-se em sua residência juntamente com a amásia, à espera do almoço, quando chegou o *denunciado* (B), trocou algumas palavras



com a vítima e apanhou uma faca de cozinha, vindo a desferir-lhe duas facadas. Consta da exordial acusatória que o crime foi impellido por motivo fútil, visto que o *acusado* (C) [...].

O texto inicia-se com a *construção* de um objeto-de-discurso (A), que é *reconstruído por recategorização* (B e C). É importante observar que a seleção lexical feita pelo autor não é aleatória, mas segue uma lógica pertinente ao gênero textual em questão e exige a ativação de conhecimentos prévios por parte do leitor. *Denunciado* é uma palavra que não apenas substitui o nome de uma pessoa (“Fulano de Tal”), mas também opera uma ressemantização, já que indica a condição na qual essa pessoa se encontra. A segunda recategorização passa o *denunciado* à condição de *acusado*. A sequência em que tais palavras foram utilizadas segue a mesma ordem estrutural do texto: primeiramente, “Fulano de Tal foi *denunciado*[...]” e em seguida, “[...] consta da exordial *acusatória*[...]”.

Nesse primeiro exemplo, a construção do objeto-de-discurso não está *ancorada*, isto é, o referente foi introduzido de maneira inédita no texto. Vejamos, no entanto, o próximo exemplo:

2. Por fim, depreende-se de todo o processado que houve perseguição aos agentes, pela polícia, através do acionamento do Copom, que logrou êxito em prendê-los porque o condutor do *veículo* perdeu o controle da direção, imobilizando-o.

A ativação do referente *veículos* é *ancorada*, ou seja, é facilmente associada pelo leitor ao contexto sociocognitivo estabelecido pela palavra *perseguição*. Nesse caso, há uma relação meronímica, em que *veículos* pode ser entendido como um “ingrediente” de *perseguição*. Marcuschi (2000) define esse processo, chamado *anáfora indireta*, como “[...] o fenômeno textual de expressões nominais definidas ou pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto”. No exemplo 3, essa mesma associação pode ser feita entre *peritos* e o contexto estabelecido pela expressão *prova técnica*:

3. A prova técnica produzida pelo Instituto de Criminalística não é categórica para que, com base nela, se chegue ao reconhecimento de culpa por parte do recorrente. Em sua fase conclusiva, os *peritos* assim se posicionaram [...]

Outro tipo de introdução ancorada são as nominalizações, que ocorrem quando uma proposição é retomada sob a forma de uma entidade. Por exemplo:

4. Com efeito, a parte postulante dos benefícios da Justiça gratuita exibiu documento de conteúdo probatório, como as declarações da Receita Federal, que já demonstram a impossibilidade de suportar o ônus do recolhimento das custas processuais. *Tal circunstância* presume a impossibilidade de situação financeira para os encargos judiciais [...]

5. Fulano de Tal, qualificado nos autos, foi denunciado pela prática de furto qualificado pelo concurso de agente, acusado de ter subtraído uma bicicleta [...] A *denúncia* foi ofertada pelo órgão de execução do Ministério Público.

Até aqui vimos exemplos de formas de *ativação*, isto é, de introdução de novos referentes no texto. Veremos agora como se dá a *reativação*, que mantém em foco um objeto-de-discurso introduzido anteriormente. Esse processo se opera por meio de recursos gramaticais (pronomes, numerais, advérbios etc.) ou lexicais (sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos etc.).

No trecho seguinte, a reativação é feita por meio do pronome oblíquo. Observemos que o texto progride, mas a reativação mantém o foco no objeto-de-discurso:

6. Fulano de Tal foi denunciado pelo órgão de execução do Ministério Público [...] pela prática de homicídio culposos [...] Com os trâmites normais do feito, chegou-se à sentença final, reconhecendo-o como culpado e criminalmente responsabilizando-o com a reprimenda de dois anos de detenção.

Convém salientar que o processo anafórico não se resume à substituição de um nome por um pronome equivalente em gênero e número. Vejamos o que acontece no exemplo 7:

7. A vítima que sobreviveu e que no momento do acidente era transportada na “garupa” da motocicleta pilotada pela vítima fatal deu a versão de que *elas* usavam a mão de direção correta.

Nesse caso, os referentes “vítima que sobreviveu” e “vítima fatal” são retomados pelo autor como “elas”, possibilidade que se explica por ser uma construção discursiva e não apenas um aspecto da microestrutura textual. É o mesmo que acontece em:

8. Tal afirmativa é sempre contrariada pelo recorrente e ainda pela testemunha que mais próxima estava quando do acidente e foi categórica em afirmar estarem as vítimas, quando por *ele* cruzaram, andando na contramão de direção.

É importante lembrar que, de acordo com Koch (2003), muitas vezes a falta de clareza em relação a qual objeto-de-discurso se dá a referência pode causar problemas de ambigüidade, como nos exemplos a seguir:

9. Por outro lado, ao contrário do que afirmam os apelantes, não é o caso de se excluir qualquer deles do pólo passivo da ação. Primeiro porque o veículo é de propriedade do *primeiro*, conduzido pelo *segundo*, filho menor *daquele*.

10. O réu portava um pacotinho de cocaína. No meio do caminho, parou o carro para cheirá-lo.

Informações Variadas

11. O ilustre advogado Fulano de Tal impetrou ordem de *habeas corpus* com pedido de liminar em favor de Beltrano de Tal, alegando, em síntese, encontrar-se *ele* submetido a constrangimento ilegal.

Finalizando, gostaríamos de lembrar dois aspectos. O primeiro é que, em certos casos, as expressões nominais referenciais, ao parafrasear um objeto-de-discurso já citado, contribuem para facilitar o trabalho do leitor/intérprete:

13. O adolescente representado praticou uma infração grave, qual seja, *um crime hediondo*, cometido mediante violência à pessoa da vítima.

No exemplo acima, a paráfrase não é apenas uma repetição pura, mas uma repetição que traz em si uma modificação no referente. Poderíamos mesmo dizer que, nesse caso, ocorre uma anáfora especificadora por meio de uma sequência hiperônimo (“infração grave”)/ hipônimo (“crime hediondo”).

O segundo aspecto que queremos reforçar é que, do ponto de vista da referenciação, não existe a relação direta entre a palavra e o objeto-no-mundo. É isso que torna possível a construção de um enunciado como este:

14. [...] acidente que envolveu o veículo Variant conduzido pelo *falecido*, o qual não portava a devida habilitação.

4. Conclusão

Os estudos sobre o problema da referenciação são relativamente recentes. No entanto, a multiplicação dos autores que têm se dedicado ao tema comprova sua importância. Optamos aqui por uma abordagem cognitivista do assunto, o que não implica desconsiderar a existência de outros pontos de vista igualmente interessantes.

O recorte que fizemos obrigou-nos a abandonar alguns aspectos importantes, como a questão da memória discursiva e a dos dêiticos. Esperamos, no entanto, ter contribuído de alguma forma para demonstrar a necessidade de se retirar o estudo dos procedimentos anafóricos do nível puramente textual para o nível do discurso.

Bibliografia

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José. *Construction de la référence et stratégies de désignation*. Tradução de Maria Letícia Meira. In: BERRENDONNER, A. e M-J. REICHLER-BEGUELIN (eds), 1995: 227-271.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Referenciação: construção e reconstrução de objetos-do-discurso*. III Congresso Internacional da ABRALIN, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Categorização e referenciação*

como atividades sócio-cognitivas. III Congresso Internacional da ABRALIN, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. IV Jornada do CelSul, Universidade Federal do Paraná, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro*. (Texto apresentado no “Colóquio internacional – a investigação do português em África, Ásia, América e Europa: balanço e perspectivas”, Berlin, Alemanha, 1998).

MONDADA, Lorenza. e DUBOIS, danielle. Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référenciation. Tradução de Maria Letícia Meira. In: *TRANEL*. 23(1995): 273-302.ed. por BERRENDONNER, A. e M-J REICHLER-BEGUELIN.